

**AVULSO NÃO  
PUBLICADO -  
AGUARDA  
DEFINIÇÃO DE  
PARECERES  
DIVERGENTES**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.204-B, DE 2003**

**(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)**

Aplica à empresa Itaipu Binacional do Brasil a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição (relator: DEP. CLÁUDIO MAGRÃO); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação (relator: DEP. NELSON MARCHEZAN JUNIOR).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54 RICD) E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Aplica-se à Itaipu Binacional do Brasil, as normas gerais de licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

Art. 2º Caberá ao Tribunal de Contas da União a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade da aplicação dos seus recursos, bem como o julgamento das contas de seus administradores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Empresa Itaipu Binacional do Brasil, por sua natureza jurídica, vale-se da aplicação de Norma Geral de Licitação, regulamento de natureza interno, nos seus procedimentos de aquisição de bens e serviços.

Entretanto, em virtude de sua sede nacional, à empresa deverá ser aplicada as normas e procedimentos previstos na legislação brasileira nas aquisições efetuadas em território nacional.

Essa matéria, inclusive, foi alvo de recente julgamento pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 215.988 que determinou a observância da Lei de Licitações. De acordo com a decisão da Primeira Turma/STJ, a Itaipu, por ser empresa sediada em Brasília e Assunção, submete-se à lei brasileira que regula as obrigações decorrentes dos contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas e residentes no Brasil, nos termos do tratado que a instituiu e a Lei de Introdução ao Código Civil, “daí a incidência das normas pertinentes ao procedimento da licitação e aos contratos administrativos, constantes do Decreto-lei 2300/86, vigente à época da prestação dos serviços em discussão”.

Faz-se necessário, também, que a fiscalização de seus atos de gestão ocorram pelo Tribunal de Contas da União, visto a falta de instrumento legal para fiscalizar a aplicação de recursos da referida empresa. Esta matéria foi alvo da decisão 279/1995 do Tribunal de Contas da União, encaminhada ao Presidente do Congresso Nacional, onde aquela Corte de Contas informa que a “fiscalização das contas nacionais da empresa Itaipu Binacional encontra-se prejudicada”.

Assim, submeto a presente proposição para assegurar a transparência na gestão administrativa de todas as empresas em que haja participação de capital nacional na sua composição.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 2.003.

**LUIZ CARLOS HAULY**  
**Deputado Federal (PSDB - PR)**

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

**LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**

Regulamenta o art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências.

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Seção I**  
**Dos Princípios**

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com

terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

.....  
.....

*Superior Tribunal de Justiça*

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL Nº 215.988 – PR (1999/0045485-5)

RELATOR : O EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS  
 AGRTE(S) : ITAIPU BINACIONAL  
 ADVOGADO(S) : THEOPHILO CORDEIRO NETO E OUTROS  
 AGRDO(S) : COTRANS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA  
 ADVOGADO(S) : ARMANDO JOSÉ FARAH E OUTROS

**E M E N T A**

**PROCESSUAL - AGRAVO REGIMENTAL. IMPROVIDO.**

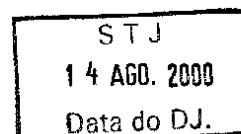
Nega-se provimento a agravo regimental que se limita a repetir tese já enfrentada pela decisão agravada e que, em sede de recurso especial, agita matéria de prova.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Votaram com o Sr. Ministro Relator os Srs. Ministros Milton Luiz Pereira e José Delgado. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Francisco Falcão e Garcia Vieira.  
 Brasília, 13 de junho de 2000 (data do julgamento).

  
 MINISTRO JOSÉ DELGADO – Presidente

  
 MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS – Relator



HGB/v.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

## Identificação

**Decisão 279/1995 - Plenário**

## Nome do Documento

**DC-0279-26/95-P**

## Ementa

Representação formulada pela 9ª SECEX. Fiscalização da ITAIPU BINACIONAL. Impossibilidade por estar a entidade submetida ao regime de direito internacional. Autorizar a realização de auditoria na ELETROBRÁS para avaliar os controles exercidos sobre a administração da Itaipu Binacional. Conhecimento às autoridades para as providências cabíveis.

## Dados Materiais

**Decisão 279/95 - Plenário - Ata 26/95****TC 003.064/93-0**

Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Entidade: ITAIPU BINACIONAL

Relator: MINISTRO HOMERO SANTOS

Representante do Ministério Público: não atuou

Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo

Especificação do quorum:

Ministros presentes: Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça (Presidente), Fernando Gonçalves, Carlos Átila Álvares da Silva, Homero dos Santos (Relator), Paulo Affonso Martins de Oliveira, Olavo Drummond, Iram de Almeida Saraiva e o Ministro-Substituto Bento José Bugarin.

Ministros com voto vencido: Fernando Gonçalves e Carlos Átila Álvares da Silva.

.....

.....

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 1.204, de 2003, objetiva, primordialmente, estender à empresa Itaipu Binacional as normas gerais de licitações e contratos administrativos previstas na Lei nº 8.666, de 1993, bem como sujeitá-la à fiscalização do Tribunal de Contas da União, inclusive por meio do julgamento das contas de seus administradores.

Na sua justificação, o autor argumenta que a empresa Itaipu Binacional, por sua natureza jurídica, tem se valido, unicamente, da aplicação de regulamento interno nos seus procedimentos de aquisição de bens e serviços, tanto no Brasil como no exterior, ao invés de aplicar as normas e procedimentos previstos na legislação brasileira nas aquisições efetuadas em território nacional, contrariando

determinação exarada em Decisão recente da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 215.988-PR.

Aduz ainda o autor que se faz necessário preencher o vácuo legal que tem obstaculizado a fiscalização adequada dos atos de gestão e da aplicação de recursos da citada empresa, conforme admitido pelo Tribunal de Contas da União, na Decisão nº 279/1995, encaminhada ao Presidente do Congresso Nacional, onde aquela Corte de Contas informa que “a fiscalização das contas nacionais da empresa Itaipu Binacional encontra-se prejudicada”.

Dessa forma, conclui o autor, a presente proposição propugna assegurar a transparência na gestão administrativa de todas as empresas em que haja participação de capital nacional na sua composição.

No prazo regimental não foram oferecidas emendas.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Primeiramente, em que pese a intenção meritória da proposta apresentada, entendemos pertinente o esclarecimento sobre a real natureza da empresa Itaipu Binacional, uma vez que a sua constituição foi fruto da vontade conjunta de dois países soberanos, que a administram de forma paritária, em consonância com as condições estabelecidas em seu Tratado Constitutivo.

Dessa forma, caracteriza-se como de suma importância o conhecimento do teor do entendimento firmado pela Consultoria Geral da República, por meio do Parecer L-208, de 22 de setembro de 1978, cujas principais assertivas, *in verbis*, transcrevemos a seguir:

“(…)

(…) a caracterização jurídica de Itaipu já ensejou a manifestação de renomados juristas sobre a sua identificação dentre as espécies existentes no âmbito do direito público ou privado, pátrio ou internacional, dentre eles os eminentes Miguel Reale, Paulo Salvador Frontini e Celso Antônio Bandeira de Mello.

São dados à consideração os estudos elaborados pelos preclaros mestres, acima mencionados, cujas lições convém recolher, desde logo, como inestimável roteiro e contribuição decisiva ao equacionamento do problema.

O eminente Miguel Reale, que colaborou na feitura do anteprojeto dos atos internacionais, tem-na como ‘empresa pública binacional’, em

referência ao corrente conceito de empresa pública, parecendo-lhe que 'o que se deu em primeiro lugar, foi a trasladação de um modelo jurídico, elaborado na tela do Direito Administrativo Interno, para o âmbito do direito Internacional, com todas as conseqüências inerentes a essa transposição...'

(...)

Na mesma linha de indagação teórica, o ilustre jurista Paulo Salvador Frontini, põe-na no quadro dos 'organismos internacionais públicos', com plena capacidade de direito internacional, asseverando:

'Tendo tais peculiaridades, forçoso convir que se trata de organismo internacional, surgido de um tratado binacional, ou seja, sua origem é bilateral e não multilateral como outros organismos. Mas, a singeleza dessa bilateralidade em nada a diminui perante outras organizações de origem multilateral, pois todas se nivelam num mesmo plano de igualdade, quanto à capacidade jurídica de direito internacional..'

Por sua vez, o Doutor Celso Antônio Bandeira de Mello, em abordagens sob o prisma dos controles administrativos sobre Itaipu, em que conclui pela sua não sujeição ao controle do Tribunal de Contas da União e ao recurso hierárquico na escala da Administração, centra o seu argumento nas seguintes proposições:

'A Itaipu é pessoa binacional, donde os controles a que estará submissa hão de resultar de ação conjunta das partes interessadas, vez que estas, nos termos do tratado que engendrou o nascimento da pessoa, asseguram-se, reciprocamente, posição jurídica de equivalência; isto é, nenhuma delas desfruta de posição sobranceira em relação à outra, quer quanto ao objeto da avença internacional, quer quanto à pessoa criada para dar satisfação ao desiderato comum.

Deveras, parece por inteiro prescindível fundamentar alongadamente a asserção, pois é perceptível a todas as luzes que a lei nacional de um país não se pode irrogar a força de reger entidade nascida da vontade conjunta de dois países, além de que não editada em vista disto.

São os termos do Tratado bem como os princípios jurídicos conviventes com a autonomia das partes e dessumíveis do acordo que podem regular as situações não previstas explicitamente.'

A posição dos ilustres juristas, acima nomeados parece assistida de razão na opinião coincidente de que o equacionamento da realidade jurídica de Itaipu se coloca no plano do Direito Internacional Público.



Em face da consulta, incumbe a este Parecer, expondo e analisando os dados em busca de formular resposta à indagação, a missão exclusiva e a aplicabilidade restrita ao campo interno, no sentido de orientar a conduta dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, no tocante ao relacionamento com a Itaipu Binacional, sob o prisma de controles administrativos ou financeiros.

(...)

O mecanismo de controle, de interesse dos governos, se realiza, ordinariamente na medida das participações estatais no empreendimento e de acordo com as opções estruturais e as condições estabelecidas no ato internacional de instituição da entidade.

(...)

(...) o Controle Externo, notadamente, de ordem econômico-financeira, será exercido pela Eletrobrás e pela Ande, mediante a apreciação e decisão sobre o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração da Conta de Resultados do exercício anterior, elaborados pela Diretoria Executiva e já submetidos a exame e parecer do Conselho de Administração (art. VIII do Tratado).

(...)

Por isso, sob o regime correspondente à sua origem e constituição, a entidade binacional, como empresa juridicamente internacional, delimitada por sua natureza e âmbito de atuação, não é redutível, lógica ou juridicamente, a qualquer tipo de entidade, estatal ou paraestatal, da administração direta ou indireta, pertinente ao direito interno.

Itaipu não está sujeita, de conseguinte, às normas aplicáveis a agentes públicos e entidades públicas nacionais, sob formas de inspeção administrativa ou supervisão hierárquicas, e de controle interno ou externo, constantes do direito constitucional ou administrativo brasileiro (...)

Aliás, as previsões do texto constitucional e das leis administrativas, com relação a entes, responsabilidades e processos sujeitos aos mecanismos de controle, não se compadecem com realidades e conceitos do ordenamento jurídico binacional, que por distintos e peculiares, àquelas não se subsomem. (...)

Desde que se trata de empreendimentos e recursos postos em comum, de tal modo a resultar uma unidade orgânica e personificada, é juridicamente impossível admitir dissociá-los, ou supor uma partilha abstrata, para

fazer incidir procedimentos unilaterais. E por ser, de fato, impossível, toda e qualquer medida unilateral, de direito interno, tendente ao controle da atuação de Itaipu, confrontaria, ao arrepio das normas de direito internacional instituídas no Tratado, os interesses consubstanciados de uma soberania distinta.

Portanto, os meios de controle e atuação sobre a empresa binacional são somente aqueles dispostos nos atos internacionais, a cuja observância estão sujeitos órgãos e entidades da Administração, posto que as cláusulas respectivas constituem normas jurídicas incorporadas ao ordenamento interno, com a categoria, a eficácia e as consequências de lei nacional. “

Esclarecida a natureza jurídica da empresa Itaipu Binacional e as suas prerrogativas, torna-se patente o motivo pelo qual o Tribunal de Contas da União, ao constatar a ausência de previsão de controles por entidades públicas de fiscalização nos termos do Tratado Constitutivo dessa empresa binacional, se julgou impossibilitado de exercer a ação jurisdicional sobre ela, afirmando ainda, nos termos dos itens 1 e 2 daquela Decisão, que, uma vez que a administração dela é paritária (sem qualquer separação das contas nacionais do Brasil e do Paraguai), tal controle, para ser viabilizado, requer necessariamente a modificação prévia das normas estatutárias e regimentais da Itaipu, em comum acordo com o Governo do Paraguai.

Em face do exposto, considerando que a entidade denominada Itaipu Binacional, criada diretamente pelo Tratado entre Brasil e Paraguai, de 26 de abril de 1973, constitui uma empresa juridicamente internacional, consistente em uma pessoa jurídica emergente no campo do direito internacional público, sujeita apenas aos controles previstos nos termos do seu Tratado Constitutivo (ressalva confirmada, inclusive, no próprio texto do inciso V do art. 71 da Constituição Federal), insusceptível de alteração unilateral, e considerando, também, que ela já possui regulamento próprio para licitações e contratos (prerrogativa conferida pelo artigo 28 do seu estatuto), entendemos votar pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.204/2003.

Sala da Comissão, em 03 de agosto de 2004.

Deputado Cláudio Magrão  
Relator

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou unanimemente o Projeto de Lei nº 1.204/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Cláudio Magrão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Henrique Eduardo Alves - Presidente, Osvaldo Reis e Marco Maia-Vice-Presidentes, Carlos Alberto Leréia, Daniel Almeida, Dra. Clair, Érico Ribeiro, Isaías Silvestre, João Fontes, Jovair Arantes, Leonardo Picciani, Milton Cardias, Ricardo Rique, Tarcísio Zimmermann, Vanessa Grazziotin, Vicentinho, Walter Barelli, Ann Pontes, Carlos Santana, Eduardo Barbosa, Júlio Delgado e Marcelo Barbieri.

Sala da Comissão, em 9 de março de 2005.

Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES  
Presidente

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 1.204/2003 pretende impor a aplicação das normas gerais de licitação e contratação contidas na Lei nº 8.666/1993 à empresa Itaipu Binacional do Brasil. A proposição busca ainda atribuir ao Tribunal de Contas da União – TCU a fiscalização e o julgamento das contas dos administradores daquela empresa binacional.

Conforme justifica o autor da proposta, a empresa Itaipu Binacional, por sua natureza jurídica, tem aplicado, em seus procedimentos de aquisição de bens e serviços, tão-somente seu regulamento interno, tanto no Brasil como no exterior. Nesse sentido, o ilustre autor enfatiza a necessidade de se criarem as condições legais para permitir a fiscalização dos atos de gestão da Itaipu Binacional, uma vez que o próprio TCU, em manifestação encaminhada a esta Casa, asseverou que a fiscalização das contas nacionais da empresa Itaipu Binacional encontra-se prejudicada, por falta de amparo legal.

A proposição foi rejeitada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP e vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para exame de mérito e de compatibilidade orçamentária e financeira. Posteriormente, seguirá para a análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental não foram oferecidas emendas ao PL nº 1.204, de 2003.

É o relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

Nos termos da letra h do inciso X do art. 32 do RICD, compete a esta Comissão o exame dos “aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.”

O PL nº 1.204/2003 pretende fazer com que a entidade binacional Itaipu passe a submeter-se às “normas gerais de licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993”.

Adicionalmente, o Projeto objetiva atribuir ao TCU a competência para realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade da aplicação dos recursos da Itaipu, bem como o julgamento das contas de seus administradores.

A partir do exame do PL nº 1.204/2003, verifica-se que não há que se falar em implicações diretas e certas da matéria – sejam orçamentárias, sejam financeiras – relacionadas com variações quantitativas de receitas ou despesas públicas. Dessa forma, com base no art. 9º da Norma Interna desta Comissão, concluímos não caber a este colegiado afirmar se o Projeto é adequado ou não.

No mérito, temos que a Norma Geral de Licitação adotada por Itaipu, que é composta por 56 artigos, guarda bastante semelhança com a Lei nº 8.666/1993, estabelecendo, entre outros pontos, a obrigação de licitar, a exigência de previsão de recursos orçamentários, a restrição ao fracionamento do objeto licitado e a preferência por produtos nacionais. Em alguns casos, a nosso ver, a norma aplicável à empresa binacional é até mais restritiva, como as disposições que tratam dos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação (em que se exige prévio parecer jurídico favorável) e as relativas à celebração de convênios.

Não observamos incompatibilidade entre a sujeição da Itaipu Binacional do Brasil à Lei nº 8.666/1993 e a adoção, por aquela empresa, de normas específicas, desde que estas regras sejam mais restritivas. O Estatuto de Licitações reuniria, assim, as exigências mínimas a serem cumpridas pela empresa.

No tocante à competência do TCU para fiscalização da empresa supranacional, vale notar que, em recentes manifestações (Acórdãos nºs

88/2015-TCU-Plenário e 1.014/2015-TCU-Plenário), aquela Corte de Contas superou entendimento anterior segundo o qual sua ação fiscalizatória sobre Itaipu estaria prejudicada pela inexistência desta previsão no tratado constitutivo da empresa.

De acordo com o novo entendimento, firmado em processo que examinava os relacionamentos existentes entre as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras – e a empresa Itaipu Binacional, a competência constitucional atribuída ao TCU para fiscalizar as contas nacionais de empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, **tem eficácia imediata e independe de eventual omissão do tratado constitutivo das empresas quanto à respectiva forma de controle externo**. Vale transcrever trecho do voto que fundamentou o posicionamento:

*“9. Nem se diga, portanto, que a Itaipu Binacional não poderia ser fiscalizada pelo TCU, sob o mero argumento de que o seu tratado constitutivo não contemplaria os critérios para o exercício dessa fiscalização.*

*10. Ocorre que, diante da eficácia negativa (paralisante) inerente à referida norma constitucional, o tratado constitutivo não poderia proibir peremptoriamente que as contas nacionais dessa empresa fossem fiscalizadas pelo TCU, de tal sorte que, pela mesma razão, a eventual ausência de critérios para a fiscalização, no âmbito desse tratado, também não pode resultar no afastamento da aludida competência constitucional fiscalizadora.*

*11. De mais a mais, há notícias de que, de fato, a vertente paraguaia das contas de Itaipu tem se submetido à correspondente fiscalização financeira, reforçando, então, a premente necessidade de o TCU dar esse passo adiante, com vistas a atribuir maior eficácia às ações de controle sobre a vertente nacional da aludida empresa.”*

Logo, também não se vislumbra mais qualquer óbice à fiscalização da Itaipu Binacional pelo TCU, nos termos do PL nº 1.204/2003.

Por todo o exposto, somos pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à sua compatibilidade ou adequação orçamentária e

financeira, e, no mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.204, de 2003.

Sala da Comissão, em 25 de maio de 2016.

**Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR**  
**Relator**

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.204/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Nelson Marchezan Junior. Absteve-se de votar o Deputado Ronaldo Benedet.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Simone Morgado - Presidente, Hildo Rocha e João Gualberto - Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Alfredo Kaefer, Andres Sanchez, Benito Gama, Cabo Sabino, Eduardo da Fonte, Enio Verri, Fernando Monteiro, José Guimarães, Júlio Cesar, Lelo Coimbra, Luiz Carlos Hauly, Luiz Fernando Faria, Manoel Junior, Miro Teixeira, Newton Cardoso Jr, Paulo Azi, Rodrigo Maia, Rodrigo Martins, Ronaldo Benedet, Silvio Torres, Vicente Candido, Antonio Carlos Mendes Thame, Assis Carvalho, Carlos Andrade, Christiane de Souza Yared, Delegado Edson Moreira, Domingos Neto, Eduardo Cury, Evair de Melo, Fábio Ramalho, Félix Mendonça Júnior, Helder Salomão, Izalci, Jerônimo Goergen, Mauro Pereira, Moses Rodrigues, Nelson Marchezan Junior, Rafael Motta, Renata Abreu, Soraya Santos e Valtenir Pereira.

Sala da Comissão, em 1 de junho de 2016.

**Deputada SIMONE MORGADO**  
**Presidente**

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------